

O FIM DA VACA SAGRADA

Carlos Alves

BRENNAN, O ADVOGADO DO DIABO

Against Democracy (301 páginas), de Jason Brennan, edição da Princeton University Press (2016), surge traduzido e editado pela Gradiva, na sua coleção Filosofia Aberta.

Duas perguntas sobressaem:

– Podem as democracias funcionar tendo à sua disposição cidadãos politicamente desinformados?

– Estaríamos melhor com um governo não democrático?

A índole provocatória do título evita surpresas, uma vez que Brennan efetua uma dessacralização de um sistema que tem tido campeões suficientes para o defender e é entendido como o único que permite um governo justo: a democracia. Questiona-se o valor intrínseco e até simbólico da democracia, sendo que ao não encontrarmos aí a sua fundamentação ela somente se justificaria se produzisse os melhores resultados no que à organização social concerne.

Há um consenso na atualidade em torno da democracia ao contrário da monarquia, que legitima *per se* a democracia. Vivemos sob os alvares do que Brennan classifica de *triumfalismo democrático*: o entendimento de que a democracia e a participação política generalizada são valiosas.

Autoproclama-se, por isso, advogado do diabo em relação à mimada democracia em virtude da sua insatisfação com a teoria filosófica democrática (p. 7) face ao entusiasmo dos filósofos e teóricos políticos, inebriados pelos estimulantes argumentos simbólicos louvando-a.

JASON BRENNAN

Contra a Democracia

Lisboa,
Gradiva,
2017, 384 páginas
ISBN: 978-989-616-762-2



DEMOCRACIA: UM BECO COM SAÍDA?

Conscientes que o histórico dos que chegaram democraticamente ao poder vai de Hitler a Trump e das cedências face ao aríete económico e da partidocracia, como devemos valorar a democracia?

Para Brennan, «a democracia não é uma forma única ou intrinsecamente justa de governo» (p. 20), antes um meio para um fim e não um fim em si mesmo. Não é intrinsecamente justa, não sendo justificada em bases procedimentalistas [«o procedimentalismo é a tese de que alguma forma (ou formas) de distribuir poder ou de tomar decisões é intrinsecamente boa, justa ou legítima»,

p. 25] o seu valor é puramente instrumental («o instrumentalismo no que diz respeito à distribuição do poder é a tese de que há respostas corretas independentemente do procedimento», pp. 26-27) (p. 28).

Instintivamente fechamos os olhos e escutamos Winston Churchill, na Câmara dos Comuns, em 11 de novembro de 1947, a afirmar: «A democracia é a pior forma de governo, à exceção de todos os outros já experimentados ao longo da história.» *Contra a Democracia* desenvolve um ataque ao estatuto de vaca sagrada intocável da democracia. Não será a pior forma de governo considerando a epistocracia?

Pensamos, automaticamente, em Platão e na sua *República*. Brennan afirma, porém, que «a defesa da epistocracia não está dependente das esperanças num rei-filósofo ou numa classe protetora» (p. 29).

Mas, porquê a epistocracia em detrimento da democracia? Porque contrapõe ao governo do povo (*demo + kratia*) o governo dos mais sábios (*epistême + kratia*)?

A convicção de que os cidadãos nas democracias tem pouco ou nenhum poder em termos de tomada de decisões coletivas, o que os desencoraja de tentarem estar melhor informados sobre assuntos de interesse coletivo.

A democracia incentiva os votantes a permanecerem ignorantes e irracionais. O que dizer da sobrevalorizada participação política quando o empenho político tende a corromper em vez de edificar (p. 109)?

A posição de Brennan surge instigada por uma versão da teoria de Anthony Downs caracterizada pela assunção de que face à diminuta possibilidade de ter impacto no resultado das eleições, os cidadãos possuem pouco incentivo para procurarem estar melhor informados

sobre política porque o valor deste tipo de conhecimento é menorizado.

Três espécies de cidadãos democráticos são apresentados como tipos ideais ou arquétipos conceptuais (pp. 14-18): *hobbits* (figura fictícia, remetendo para o universo de Tolkien), *hooligans* (remetendo para o universo desportivo) e *vulcanos* (remetendo para o universo *Star Trek*).

Os *hobbits* «são sobretudo apáticos e ignorantes quanto à política» (p. 15), possuindo «um conhecimento superficial do que é relevante no mundo ou na história dos seus países», o típico não votante americano (p. 16); os *hooligans* «são os fanáticos desportivos da política» (p. 16), autocentrados nas suas posições, consumindo tendenciosamente informação que as confirme e desprezando quem discorde de si: «a maior parte dos votantes regulares, das pessoas com atividade política, dos ativistas propriamente ditos, dos membros dos partidos e dos políticos» (p. 16); e *vulcanos*, que se interessam por política, pensando-a científica e racionalmente e que são imparciais e com espírito de abertura (p. 17).

Muitos de nós não são *hobbits* nem *hooligans*, e a maioria dos *hobbits* são *hooligans* potenciais, pelo que estaríamos todos melhor se nos mantivéssemos afastados da política (p. 18). Brennan defende que para a maioria, a liberdade política e a participação são globalmente prejudiciais (p. 18), uma vez que a democracia como um todo age como se as pessoas fossem *vulcanos*, ainda que a maior parte dos votantes seja *hobbit* e *hooligan* (p. 82).

Consequentemente, segundo Brennan, «os votantes são maioritariamente ignorantes, irracionais e desinformados, mas simpáticos» (p. 241).

A visão de Brennan explicaria os *hobbits*, sendo que os *hooligans*, em certa medida razoavelmente informados, são compreensíveis num horizonte de tribalismo.

Sugere, também, que os cidadãos desenvolvem os seus pontos de vista políticos de forma irresponsável e sem contemplação pela opinião dos outros.

Por que razão atribuir, então, a todos o direito de votar?, questiona-se. Deverá o voto de um *hobbit* e de um *hooligan* valer tanto como o de um *vulcano*?

Outras possibilidades mais viáveis para escolher governos mais competentes são comentadas: a credenciação aleatória (que pretende criar votantes mais competentes com base numa lotaria que seleciona um subconjunto aleatório mas representativo de cidadãos), o sufrágio universal com veto epistocrático, o sufrágio restrito e a votação plural (pp. 298-306).

Apesar de questionar a *work ethics* das democracias, reconhece que estas têm melhor desempenho do que seria expectável, considerando o grau de desinteresse e irracionalidade dos votantes (p. 243) e que maioritariamente tendem a tomar decisões razoavelmente boas, comparativamente às ditaduras, oligarquias, monarquias e regimes de partido único (p. 277). Talvez sejam competentes numas coisas e incompetentes noutras (p. 279).

Todavia, o *quid pro quo* que mantém a democracia nas boas graças por troca com o suposto empoderamento dos cidadãos falha, segundo Brennan. Embora conceda a cada cidadão uma parte igual de direitos políticos fundamentais, esta é reduzida (p. 158), retirando poder aos indivíduos e proporcionando-o à maioria do momento.

Consequentemente, os cidadãos individuais quase não têm poder (p. 159).

A nossa intuição de que a democracia nos dá poder é ilusória ou, pelo menos, falaciosa (falácia da divisão).

Ora, «uma epistocracia tenta distribuir o poder de acordo com a perícia geral» (p. 309), sendo que o princípio da competência pode segundo Brennan ser exposto sob a forma: «Poder: use-o bem ou perca-o» (p. 312).

A contrapartida da participação política, também, não é valiosa para a maioria das pessoas, transformando-nos em inimigos de outros cidadãos (p. 19). Uma das características repugnantes da democracia é transformar os concidadãos em ameaças ao bem-estar, exercendo poder de formas arriscadas e incompetentes, tornando-se inimigos cívicos (p. 339).

Há uma circularidade implícita que se inicia e termina nos cidadãos (eleitores), sendo que Brennan tem uma conceção negativa da cidadania. A qualidade dos governos democráticos tem como condição necessária a qualidade dos seus eleitores, o que torna a democracia um regime exigente do ponto de vista do exercício da cidadania. A alternativa, segundo Brennan: a epistocracia. O que pensar? Para Brennan, afirmar «vamos tentar a epistocracia!» devia implicar a concordância ou, pelo menos, a não oposição dependendo se consideramos que os factos sustentam ou não essa possibilidade (p. 283). Porém, admite que é difícil saber se a epistocracia seria melhor uma vez que nunca foi experimentada (p. 287). Na verdade¹, já houve sociedades com laivos epistocráticos (União Soviética e satélites e a República Popular da China), com as elites governantes clamando o melhor entendimento dos interesses dos membros da sociedade, dedicando-se ao bem-estar da população. Os

resultados são conhecidos e ficam à consideração.

Brennan tem, porventura, um discurso predatório sobre a democracia, vítima ferida, não mortalmente, por descontentamentos e desconfianças, na preferência.

Paladino da epistocracia, descreve de uma forma simplista e pouco abrangente a participação política democrática cidadã. Reduz os cidadãos a meros eleitores, estabelecendo uma classificação redutora do eleitorado: maioritariamente desinformado.


A aposta epistocrática de Brennan arrisca uma construção da sociedade baseada, unicamente, num contributo minoritário, tratando a colaboração (mesmo que potencial) democrática de todos. De um ponto de vista da representatividade, seria a distribuição de poder efetuada pela epistocracia socialmente representativa? Não conduziria ao não reconhecimento pelos cidadãos (mais do que na democracia)? O debate público não fica comprometido, restringido a uma discussão de especialistas de que estaria excluída a generalidade da população?

A microconceção que associa a democracia a sociedades não bem-sucedidas de Bren-

nan é tão problemática quanto o abandono da democracia por troca com a epistocracia, enquanto sistema de distribuição do poder político capaz de ultrapassar as insuficiências da democracia. Fica por provar que o conhecimento (dos sábios) é uma condição suficiente para a tomada de melhores decisões no que ao poder respeita.

A verdade é que as sociedades democráticas são razoavelmente competentes e por comparação bem-sucedidas e não violentas, sucesso que não pode ser, meramente, atribuído às elites. Para além, da preocupação vantajosa das democracias ante os mais vulneráveis.

Discórdias e críticas são inevitáveis e, eventualmente, desconforto nos que entendem a democracia como um bem precioso. Pior a emenda do que o soneto?

Ironicamente, é a idiossincrasia da democracia que possibilita uma obra como esta, sendo a crítica e a contestação que suscitam o aperfeiçoamento do funcionamento democrático. Uma leitura maniqueísta de a favor ou contra a democracia a favor ou contra a posição de Brennan, entendendo-o como mero detrator desta, é desaconselhável. 

Carlos Alves Investigador no IPRI-NOVA e no Observatório Político. Professor. Licenciado em Filosofia, mestre em Filosofia, na especialidade de Filosofia Política. Doutorando em Ciência Política (Teoria e Análise Política) na FCSH-NOVA. Responsável pelo Fórum Intervenção/Fórum Permanente de Discussão e Reflexão Política para a Promoção da Cidadania Ativa.

A sua investigação tem-se centrado nos movimentos sociais, políticas de contestação, participação política, cidadania e sociedade civil.

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º Dt.º, 1000-155 Lisboa | carlosmjvalves@gmail.com

NOTA

¹ Cf. recensão de Thomas Christiano em *Notre Dame Philosophical Reviews*. 19 de maio de 2017. [Consultado em: 17 de julho

de 2017]. Disponível em: <http://ndpr.nd.edu/news/against-democracy/>.